



Circular nº 11/2011

22 de Agosto de 2011

Assunto: **EMPRESAS INSTALADORAS DE AVAC / ALVARÁ / InCI**

Caro Associado,

A APIRAC deu a conhecer através da Circular nº 10/2011, de 20 de Julho, que o Decreto-Lei nº 69/2011, de 15 de Junho, veio alterar o Decreto-Lei nº 12/2004, de 9 de Janeiro, conhecido como o “Decreto-Lei dos Alvarás”. Assunto de primordial importância porque, como é do conhecimento dos Associados, os trabalhos de “Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração” constituem a 10ª Subcategoria da 4ª Categoria – “Instalações eléctricas e mecânicas” de alvarás.

Importante factor a ter em linha de conta pelas empresas interessadas em alvará naquela área a decisão do InCI, I.P. ao permitir que, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 79/2006, de 4 de Abril, “Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE)”, ao nível dos requisitos de qualificação para desenvolvimento da actividade, estabelecendo que as empresas têm de integrar técnicos credenciados ao abrigo daquele diploma, em alternativa ao engenheiro ou engenheiro técnico, poderão as empresas interessadas nas classes 1 e 2 de alvarás cumprir o requisito responsabilidade técnica mediante comprovação de existência no quadro de pessoal de:

- **TIM 2** (Técnico de Instalação e Manutenção de Sistemas de Climatização para sistemas de climatização até uma potência nominal limite de 100kW) – **Classe 1**;
- **TIM 3** (Técnico de Instalação e Manutenção de Sistemas de Climatização para sistemas de climatização com potência nominal superior a 100kW) – **Classes 1 e 2**.

~~Reforçamos que as empresas que desenvolvam actividade na Instalação, Montagem e Manutenção~~
de Sistemas de Climatização e Refrigeração, bem como de Manutenção de Qualidade do Ar Interior em Edifícios e que não disponham de alvará estão objectivamente em incumprimento legal e sujeitas a acções sancionatórias por parte das entidades fiscalizadoras. Todas as empresas associadas na APIRAC com actividade naqueles segmentos de mercado **deverão ter a sua situação devidamente**



regularizada no InCI, I.P. O exercício da actividade da Construção depende obrigatoriamente de alvará e qualquer infracção ao Decreto-Lei nº 69/2011, de 15 de Junho, constitui uma contra-ordenação, punível com coima – **de € 7.500,00 a € 44.800,00**, e, em determinados casos, sujeita a aplicação de sanções acessórias, nos termos legais.

Recordamos que a APIRAC tem uma Divisão de Serviços que trata de todos os assuntos referentes aos alvarás/ reclassificação de alvarás/ títulos de registo. Assim, convidam-se os associados a aderirem a este serviço, que é colocado à disposição dos Associados gratuitamente, sem quaisquer encargos administrativos ou outros, com excepção das taxas que forem devidas nos termos legais ao InCI, I.P..

Anexam-se:

- 2 Listagens quer para Sociedade ou Empresário, da documentação necessária à comprovação da posse dos requisitos de Ingresso e permanência na actividade da Construção (os **Mod. 1-A, Mod. 2, Mod. 3, Mod. 5, Mod. 6 e Mod. 7**, podem ser retirados através do site do InCI (www.inci.pt).

Poderá obter mais informações relativamente à credenciação destes técnicos junto da APIRAC

A Direcção da APIRAC



INGRESSO / SOCIEDADE

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À COMPROVAÇÃO DA POSSE DOS REQUISITOS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NA ACTIVIDADE DA CONSTRUÇÃO (Portaria n.º 18/2004, de 10 de Janeiro)

- Documento comprovativo do prévio pagamento da Taxa Inicial;
- Requerimento de Ingresso; (**Mod. 1-A InCI, I.P.**)
- Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva **NIPC**;
- Certidão de Teor do Registo Comercial da sociedade com todos os registos em vigor; (**Objecto social adequado à actividade pretendida**).
- Certificado do registo Criminal de todos os representantes legais, acompanhado do bilhete de Identidade;
- Declaração de idoneidade comercial do(s) representante(s) legal(ais) da sociedade; (**Mod. 3 InCI, I.P.**)
- Declaração de remunerações, entregue na segurança social, referente ao **último mês**, à data de entrada do requerimento, com valores que devem cumprir os mínimos estabelecidos no contrato colectivo de trabalho em vigor para o sector, **incluir apenas o técnico**.
Quando o envio da declaração tenha sido efectuado em suporte informático (**disquete ou Internet**), a comprovação deverá ser feita através das folhas de resumo de totais e respectivas listagens do pessoal; (**comprovativo do pagamento**)
- Declaração da Entidade Seguradora comprovando a posse do seguro de acidentes de trabalho; (**Minuta**).
- Quadro técnico; (**Mod. 5 InCI, I.P.**)
- Ficha curricular do(s) técnico(s); (**Mod. 6 InCI, I.P.**)
- **B.I., NIF, e carteira profissional do(s) técnico(s), TIM 2 para classe 1, ou TIM 3 para classes 1 e 2, e no caso de engenheiros declaração emitida pela (OE) Ordem dos Engenheiros ou pela (ANET) Associação dos Engenheiros Técnicos, (Decreto-Lei 79/2006, de 4 de Abril – Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE);**
- Vínculo contratual entre técnico e empresa; (**Mod. 7 InCI, I.P.**)
- Anexo A da IES/Declaração Anual do IRC, após validação da Administração Fiscal (**6 primeiras páginas: Demonstração de Resultados e Balanço**).



INGRESSO / INDIVIDUAL

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À COMPROVAÇÃO DA POSSE DOS REQUISITOS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NA ACTIVIDADE DA CONSTRUÇÃO (Portaria n.º 18/2004, de 10 de Janeiro)

- Documento comprovativo do prévio pagamento da **Taxa Inicial**;
- Requerimento de Ingresso; (**Mod. 1-A InCI, I.P.**)
- Cartão de Identificação Fiscal NIF;
- Declaração de Início de Actividade / Declaração de Alterações (**adequado à actividade pretendida**); empresário
- Certificado do Registo Criminal do empresário e fotocópia do bilhete de identidade;
- Declaração de Idoneidade Comercial do empresário; (**Mod. 2 InCI, I.P.**)
- Declaração de remunerações, entregue na segurança social, referente ao **último mês**, à data de entrada do requerimento, com valores que devem cumprir os mínimos estabelecidos no contrato colectivo de trabalho em vigor para o sector.

Quando o envio da declaração tenha sido efectuado em suporte informático (**disquete ou Internet**), a comprovação deverá ser feita através das folhas de resumo de totais e respectivas listagens do pessoal; (**comprovativo do pagamento**).

- Declaração da entidade seguradora, comprovando a posse do seguro de acidentes de trabalho; (**Minuta**)
- Quadro técnico; (**Mod. 5 InCI, I.P.**)
- Ficha curricular do(s) técnico(s); (**Mod. 6 InCI, I.P.**)
- **B.I., NIF, e carteira profissional do(s) técnico(s), TIM 2 para classe 1, ou TIM 3 para classes 1 e 2, e no caso de engenheiros declaração emitida pela (OE) Ordem dos Engenheiros ou pela (ANET) Associação dos Engenheiros Técnicos, (Decreto-Lei 79/2006, de 4 de Abril – Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios) RSECE;**
- Vínculo contratual entre técnico e empresa; (**Mod. 7 InCI, I.P.**)

CAPACIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Empresário em nome individual (**CONTABILIDADE ORGANIZADA**)

- Anexo I da IES Declaração Anual de IRS, após validação da Administração Fiscal

(REGIME SIMPLIFICADO) só aplicável a Alvará de classe 1

- Anexo B do Modelo 3 de IRS, após validação da Administração Fiscal
- Modelo 10 de IRS – IRC - Rendimentos e Retenções